

# Lopes acha 'bom' crescimento zero

WLADIMIR GRAMACHO

BRASÍLIA – O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Francisco Lopes, disse ontem que aposta em “crescimento zero” para a economia brasileira em 1999. “A previsão feita no acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) é menos 1%, mas eu acho que essa é uma posição conservadora. Estou mais otimista, acho que zero é um bom número”, afirmou Francisco Lopes, descartando uma recessão no ano que vem, o que implicaria redução do Produto Interno Bruto (PIB) e queda das receitas tributárias do setor público, agravando o déficit fiscal.

A avaliação do diretor do BC foi feita após a última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) em 1998, que aprovou a programação monetária para 1999. O volume de dinheiro em circulação na economia, que é a soma de cédulas e moedas em poder da população mais os depósitos em contas correntes (M1), deverá crescer 14,8% no ano que vem, chegando a cerca de R\$ 57 bilhões ao final de 1999.

“Essa expansão monetária em 1999 é compatível com a redução das taxas de juros, com uma inflação de 2% e com crescimento próximo de zero”, justificou o diretor. No acordo firmado com o FMI, o governo brasileiro e os executivos do Fundo concordaram em manter a política de redução gradual das taxas de juros. Anteontem o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduziu de 32% para 29% o piso dos juros, que voltou a ser definido pela Taxa Básica do BC (TBC).

**Novo título** – Ainda na reunião de ontem, o Conselho Monetário Nacional – formado pelos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Paulo Paiva, além da diretoria do BC – aprovou a criação de um novo título público federal: a Nota do Banco Central Série A (NBCA). Trata-se de mais um dos chamados *papéis híbridos*, que combinam diferentes tipos de remuneração para seus compradores.

No caso da NBCA, o rendimento será dividido em duas etapas. Na primeira, pagará juros de 6% ao ano mais a variação do real frente ao dólar: será uma proteção (*hedge*) para o comprador contra uma possível desvalorização cambial. Na segunda etapa, o comprador do papel será remunerado pela variação da taxa de juros over/Selic, definida diariamente nas operações de rolagem de títulos realizadas pelo BC.

**Prazo alongado** – “Nosso objetivo com esses papéis híbridos é alongar o prazo da dívida pública”, explicou o diretor Francisco Lopes. Segundo ele, “o mercado perdeu o apetite por papéis prefixados (em que as taxas de juros são definidas no momento da venda do papel)” e só tem aceitado títulos pós-fixados (com os juros calculados pela Selic no vencimento do papel). “Com isso, o prazo total da dívida ‘colapsou’ violentamente e isso gerou uma série de preocupações entre os investidores internacionais”, lembrou. Atualmente, a dívida mobiliária tem prazo médio de sete meses.

O temor de que o governo brasileiro não tenha condições de honrar uma dívida concentrada em prazos curtos é um dos fatores que vêm elevando a taxa de risco cobrada sobre os papéis brasileiros em negociação no mercado internacional. Esses títulos, públicos ou privados, têm embutido juros adicionais de 10% ao ano por causa da instabilidade que afetou o país nos últimos meses, levou US\$ 30 bilhões em reservas internacionais e obrigou o governo a negociar um acordo preventivo com o FMI.